

b) As garantias financeiras prestadas estão registradas no passivo, pois representam obrigações da Cooperativa, enquanto as demais provisões estão registradas no ativo.

8.1 Movimentação em Estágios das Provisões

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito tiveram as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2025:

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Provisão Inicial	22.405.026,91	10.401.115,74	68.128.477,15	100.934.619,80
(-) Transferido para Estágio 1	-	(1.332.350,15)	(1.321.624,23)	(2.653.974,38)
(-) Transferido para Estágio 2	(722.776,21)	-	(574.359,22)	(1.297.135,43)
(-) Transferido para Estágio 3	(1.767.208,02)	(4.111.357,78)	-	(5.878.565,80)
(+) Transferido do Estágio 1	-	722.776,21	1.767.208,02	2.489.984,23
(+) Transferido do Estágio 2	1.332.350,15	-	4.111.357,78	5.443.707,93
(+) Transferido do Estágio 3	1.321.624,23	574.359,22	-	1.895.983,45
(+) Constituição Novas Operações	13.554.276,39	1.412.647,44	49.657.524,69	64.624.448,52
(+) Constituição Aumento de Provisão	2.145.740,75	1.177.288,80	27.037.758,71	30.360.788,26
(-) Reversão Total	(8.606.924,02)	(2.979.673,47)	(12.262.651,78)	(23.849.249,27)
(-) Reversão Parcial	(8.328.683,07)	(1.081.191,50)	(21.763.868,42)	(31.173.742,99)
(-) Baixa para prejuízo (Provisão)	(1.139,00)	(725.892,16)	(14.641.660,42)	(15.368.691,58)
Provisão Final	21.332.288,11	4.057.722,35	100.138.162,28	125.528.172,74

8.2 Consolidação dos Estágios das Provisões

Provisão Inicial	100.934.619,80
(+) Constituição Novas Operações	64.624.448,52
(+) Constituição Aumento de Provisão	30.360.788,26
(-) Reversão Total	(23.849.249,27)
(-) Reversão Parcial	(31.173.742,99)
(-) Baixa para prejuízo (Provisão)	(15.368.691,58)
Provisão Final	125.528.172,74

8.3 Despesa com Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Descrição	31/12/2025
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	79.211.810,63
Reversões de Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	4.180.420,22
Reversões de Provisões para Compromissos e Créditos a Liberar	293.808,78
Provisões para Operações de Crédito	(121.878.089,12)
Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	(9.478.794,39)
Provisões para Compromissos e Créditos a Liberar	(3.444.894,53)
TOTAL	(51.115.738,41)

9. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas a Receber (9.1)	19.030.749,41	-	19.030.749,41
Devedores por Depósitos em Garantia (9.2)	-	6.880.002,05	6.880.002,05
Títulos e Créditos a Receber (9.3)	141.158,35	-	141.158,35
TOTAL	19.171.907,76	6.880.002,05	26.051.909,81

9.1 Rendas a Receber

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas de Convênio	55.444,12	-	55.444,12
Rendas de Cartões	1.763.205,69	-	1.763.205,69
Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central	16.042.839,55	-	16.042.839,55
Rendas de Domicílio Bancário	608.286,17	-	608.286,17
Rendas de Poupança	130.240,38	-	130.240,38
Rendas de Transações Interfinanceiras	44.688,25	-	44.688,25
Outras Rendas a Receber	386.045,25	-	386.045,25
TOTAL	19.030.749,41	-	19.030.749,41

9.2 Devedores por Depósitos em Garantia

Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
PIS - Depósito Judicial	-	1.025.832,33	1.025.832,33
PIS Folha - Depósito Judicial	-	2.659.073,52	2.659.073,52
COFINS - Depósito Judicial	-	3.013.390,60	3.013.390,60
Outros Devedores por Depósito em Garantia	-	181.705,60	181.705,60
TOTAL	-	6.880.002,05	6.880.002,05

9.3 Títulos e Créditos a Receber

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Valores a receber - Aluguel SIPAG 2.0	141.158,35	-	141.158,35
TOTAL	141.158,35	-	141.158,35

10. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Contribuição Social - antecipações - a compensar	-	465.217,39	465.217,39
IRPJ - antecipações - a compensar	-	965.006,58	965.006,58
ISS - imposto s/serviços - a compensar	-	343,79	343,79
PIS - a compensar	-	1.200,05	1.200,05
Valores a restituir - PERDCOMP	-	88.186,95	88.186,95
Outros Impostos e Contribuições a Compensar	-	5.584,83	5.584,83
TOTAL	-	1.525.539,59	1.525.539,59

11. Outros Ativos

Os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	192.973,09	-	192.973,09
Adiantamentos para Pagamentos de nossa Conta	63.936,01	-	63.936,01
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	155.335,17	-	155.335,17
Devedores Diversos – País (11.1)	429.327,67	-	429.327,67
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (11.2)	22.453.486,85	-	22.453.486,85
Despesas Antecipadas (11.3)	5.936.370,12	-	5.936.370,12
TOTAL	29.231.428,91	-	29.231.428,91

11.1 Devedores Diversos

Em Devedores Diversos estão registrados:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar	43.222,04	-	43.222,04

Plano de Saúde a Receber	155.277,15	-	155.277,15
Pendências a Regularizar - Banco Sicoob	50.468,04	-	50.468,04
Diferença de Caixa	91,12	-	91,12
Estoque de Pontos	79.540,24	-	79.540,24
Pendências Avais	20.595,26	-	20.595,26
Outros Devedores Diversos	80.133,82	-	80.133,82
TOTAL	429.327,67	-	429.327,67

11.2 Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda

Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos em pagamento de operações de crédito com associados, não destinados a uso próprio e não estão sujeitos a depreciação ou correção.

Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em "Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos".

11.3 Despesa Antecipadas

Em Despesa Antecipadas estão registrados:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Prêmios de Seguros	108.015,39	-	108.015,39
Assinaturas e Periódicos	1.318,98	-	1.318,98
Processamento de Dados	334.954,82	-	334.954,82
Vale Refeição e Alimentação	706.697,74	-	706.697,74
Contribuições a Fundos	4.578.002,88	-	4.578.002,88
Software	31.040,55	-	31.040,55
Propaganda e Publicidade	24.000,00	-	24.000,00
Outras Despesas Pagas Antecipadamente	152.339,76	-	152.339,76
TOTAL	5.936.370,12	-	5.936.370,12

12. Imobilizado de Uso

Os montantes do imobilizado de uso estão assim compostos:

31/12/2025				
Descrição	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Imobilizado em Curso (a)		5.489.629,14	-	5.489.629,14
Terrenos		3.873.804,12	-	3.873.804,12
Edificações	4%	7.070.427,49	(1.510.642,14)	5.559.785,35
Instalações	10%	1.296.000,11	(391.401,16)	904.598,95
Móveis e equipamentos de Uso	10% - 20%	18.726.488,81	(9.555.866,78)	9.170.622,03
Veículos	20%	919.532,50	(360.186,43)	559.346,07
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		9.058.157,79	(3.821.000,40)	5.237.157,39
Subtotal		46.434.039,96	(15.639.096,91)	30.794.943,05

a) As imobilizações em curso referem-se a mudança de endereço dos PAs de Baependi/MG e Monsenhor Paulo/MG, além da reforma do PA de Varginha/MG. Esses valores serão alocados em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciados.

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração efetua análise de recuperabilidade dos seus ativos no encerramento do exercício. Não foram identificados no exercício de 2025 eventos ou alterações em circunstâncias que indicassem que o valor contábil desses ativos pudesse não ser recuperável.

13. Intangível

Os montantes do intangível estão assim compostos:

31/12/2025				
Descrição	Taxa de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido
Direitos Relativos a Carteiras de Clientes	20%	15.000,00	(4.158,34)	10.841,66
Total Intangível e Ágio		15.000,00	(4.158,34)	10.841,66

14. Depósitos

Abaixo, composição dos depósitos mensurados ao custo amortizado:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Custo Amortizado			
Depósitos à Vista (a)	483.865.638,45	-	483.865.638,45
Depósitos de Poupança	681.321,49	-	681.321,49
Depósitos a Prazo (b)	1.325.955.464,63	994.069,97	1.326.949.534,60
Outros Depósitos	52.169.907,65	-	52.169.907,65
TOTAL	1.862.672.332,22	994.069,97	1.863.666.402,19

a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeira, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

14.1 Concentração dos Principais Depositantes

Descrição	31/12/2025	% Carteira Total
Maior Depositante	52.169.907,65	2,38%
10 Maiores Depositantes	240.348.390,22	10,96%
50 Maiores Depositantes	504.734.874,55	23,02%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

14.2 Despesas com Operações de Captação de Mercado

Descrição	31/12/2025
Despesas de Poupança	(5.311,84)
Despesas de Depósitos a Prazo	(175.348.683,11)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(36.307.981,86)
Despesas de Letras de Crédito do Imobiliário	(8.715,58)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(3.206.466,25)
TOTAL	(214.877.158,64)

15. Outros Instrumentos de Dívida

Os outros instrumentos de dívida são compostos pelos recursos provenientes de emissões de letras e pelos instrumentos de dívida com cláusulas de subordinação, sendo mensurados ao custo amortizado, conforme apresentados abaixo:

15.1 Recursos por Emissões de Letras

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	299.796.764,73	52.705.272,94	352.502.037,67
TOTAL	299.796.764,73	52.705.272,94	352.502.037,67

As Letras de Crédito do Agronegócio – LCA, que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004).

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 14.2 - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

16. Relações Interfinanceiras

São mensuradas ao custo amortizado e demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades inclusive Capital de Giro. A garantia oferecida é a caução dos títulos de crédito dos associados beneficiados.

16.1 Repasses Interfinanceiros

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos do Banco Sicoob (a)	169.500.416,57	73.077.387,55	242.577.804,12
(-) Despesas a Apropriar - Recursos do Banco Sicoob (a)	(10.512.200,48)	(13.290.202,18)	(23.802.402,66)
Recursos da Central (b)	94.774.755,00	11.383.074,18	106.157.829,18
(-) Despesas a Apropriar - Recursos da Central (b)	(6.693.612,18)	(1.141.174,18)	(7.834.786,36)
TOTAL	247.069.358,91	70.029.085,37	317.098.444,28

a) As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 7,60% ao ano, com vencimento até 10/04/2036.

b) As operações com Recursos da Central correspondem a uma taxa média de 0,95% ao mês, com vencimento até 22/10/2029.

16.1 Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses

Instituições	31/12/2025
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(17.558.979,25)
Cooperativa Central	(9.414.230,01)
Outras Instituições	(2.203.445,87)
TOTAL	(29.176.655,13)

17. Outros Passivos

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem, são compostos assim:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Empréstimos e Repasses (17.1)	-	13.717.927,40	13.717.927,40
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (17.2)	2.294.511,45	-	2.294.511,45
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas (17.3)	6.244.931,28	-	6.244.931,28
Outras Obrigações (17.5)	28.068.984,66	-	28.068.984,66
TOTAL	36.608.427,39	13.717.927,40	50.326.354,79

17.1 Obrigações por Empréstimos e Repasses

Instituições	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Banco Sicoob (a)	-	47.010,43	47.010,43
Repasses do País - Instituições Oficiais (b)	-	13.670.916,97	13.670.916,97

TOTAL	-	13.717.927,40	13.717.927,40
--------------	---	----------------------	----------------------

a) As operações com Recursos da Central correspondem a uma taxa média de 1,23% do CDI ao mês, com vencimento até 10/07/2030.

b) As operações com Repasses do País - Instituições Oficiais correspondem a uma taxa média de 11% ao ano, com vencimento até 31/07/2031.

17.2 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

As cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados, são assim registrados:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Operações de Crédito - IOF	509.818,33	-	509.818,33
Municipais	1.732.535,96	-	1.732.535,96
Outras Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	52.157,16	-	52.157,16
TOTAL	2.294.511,45	-	2.294.511,45

17.3 Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas são assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	2.757.037,27	-	2.757.037,27
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	147.753,46	-	147.753,46
Impostos e Contribuições sobre Salários	1.638.997,73	-	1.638.997,73
Outros (17.3)	1.701.142,82	-	1.701.142,82
TOTAL	6.244.931,28	-	6.244.931,28

17.4 Composição dos Saldos de Outras Obrigações Fiscais

A seguir, a composição dos saldos de outras obrigações fiscais, correntes e diferidas:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF sobre Aplicações Financeiras	1.380.054,21	-	1.380.054,21
ISSQN a Recolher	110.400,68	-	110.400,68
IRRF sobre Juros ao Capital	210.687,93	-	210.687,93
TOTAL	1.701.142,82	-	1.701.142,82

17.5 Outras Obrigações

Os saldos de outras obrigações, são assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias (17.6)	18.973.469,75	-	18.973.469,75
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (17.7)	3.830.660,90	-	3.830.660,90
Credores Diversos – País (17.8)	4.913.231,90	-	4.913.231,90
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	300.741,44	-	300.741,44
Recursos em Trânsito de Terceiros (17.9)	50.880,67	-	50.880,67
TOTAL	28.068.984,66	-	28.068.984,66

17.6 Passivos Sociais e Estatutárias

A seguir, a composição dos saldos de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Participações nos Resultados (a.1)	5.701.590,82	-	5.701.590,82
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	4.908.630,55	-	4.908.630,55

FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.3)	8.363.248,38	-	8.363.248,38
TOTAL	18.973.469,75	-	18.973.469,75

a.1) A Participação dos empregados nos Resultados está consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva. A Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados em resultado e essa, modalidade de remuneração variável não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho;

a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

a.3) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de FATES para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

17.7 Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros

O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada por meio de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

17.8 Credores Diversos

Os saldos em Credores Diversos - País referem-se:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar Banco Sicoob	42.204,00	-	42.204,00
Valores a Repassar à Cooperativa Central	144.198,37	-	144.198,37
Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação	176.024,69	-	176.024,69
Credores Diversos-Liquidação Cobrança	24.489,96	-	24.489,96
Diferença de Caixa	360.641,29	-	360.641,29
Créditos de Terceiros	4.655,12	-	4.655,12
Valor a Pagar de Honras pelos Fundos Garantidores	342.988,26	-	342.988,26
Pendências a Regularizar	76.061,08	-	76.061,08
Desconto Folha Pgto - Crédito Consignado	121.138,08	-	121.138,08
Créditos de terceir. Ativos não finan. mant. p/venda	3.581.200,00	-	3.581.200,00
Outros Credores Diversos - País	39.631,05	-	39.631,05
TOTAL	4.913.231,90	-	4.913.231,90

17.9 Recursos em Trânsito de Terceiros

Os recursos em trânsito de terceiros que não sejam decorrentes de relação interdependência, são assim compostos:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Cobrança De Terceiros Em Trânsito	122,54	-	122,54
Convênio - Saneamento	49.180,12	-	49.180,12
Convênio - Telecomunicações	1.558,01	-	1.558,01
Convênio - Telefonia Recarga On-Line	20,00	-	20,00
TOTAL	50.880,67	-	50.880,67

18. Provisões

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões e outras Obrigações com Instrumentos Financeiros (18.1)	7.052.157,80	-	7.052.157,80
Provisão para Pagamento a Efetuar (18.2)	9.959.342,96	-	9.959.342,96
Provisão para Contingências (18.4)	-	8.699.320,84	8.699.320,84
TOTAL	17.011.500,76	8.699.320,84	25.710.821,60

18.1 Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros

Em provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros estão registradas:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Compromissos de Crédito e Créditos a Liberar	3.412.308,22	-	3.412.308,22
Garantias Financeiras Prestadas (a)	3.639.849,58	-	3.639.849,58
TOTAL	7.052.157,80	-	7.052.157,80

a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme determina a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021. Em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2025
Coobrigações Prestadas	261.684.469,41
Outras Fianças Bancárias	11.768.217,44
TOTAL	273.452.686,85

18.2 Provisão para Pagamentos a Efetuar

As Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registradas da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	4.861.801,75	-	4.861.801,75
Custos de Transações Interfinanceiras	105.824,39	-	105.824,39
Seguro Prestamista	2.456.016,83	-	2.456.016,83
Despesas com Cartões	878.447,60	-	878.447,60
Valores a Pagar - Domicílio Bancário	529.320,68	-	529.320,68
Segurança e Vigilância	266.999,67	-	266.999,67
Manutenção e Conservação de Bens	17.265,58	-	17.265,58
Transporte	81.394,08	-	81.394,08
Seguro	42.038,10	-	42.038,10
Compensação	64.982,67	-	64.982,67
Aluguéis	216.569,29	-	216.569,29
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	438.682,32	-	438.682,32
TOTAL	9.959.342,96	-	9.959.342,96

18.3 Provisão para Contingências

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às Demandas Judiciais:

18.4 Composição da Provisão para Contingências

31/12/2025	
Descrição	Provisão para Contingências
PIS	1.025.832,33
PIS FOLHA	2.696.361,91
COFINS	3.013.390,60
Outras Contingências	1.963.736,00
TOTAL	8.699.320,84

18.5 Depósitos Judiciais - Ativo

31/12/2025	
Descrição	Depósitos Judiciais
PIS	1.025.832,33
PIS FOLHA	2.659.073,52
COFINS	3.013.390,60
Outros	181.705,60
TOTAL	6.880.002,05

18.6 Movimentação das Provisões para Contingências

Descrição	Cível	Tributário	Total
Saldo em 01 janeiro de 2025	50.283,86	7.175.259,91	7.225.543,77
Constituição da provisão	2.448.124,36	-	2.448.124,36
Reversão da provisão	(534.672,22)	-	(534.672,22)
Utilização durante o exercício	-	(816.192,83)	(816.192,83)
Atualização durante o exercício	-	376.517,76	376.517,76
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.963.736,00	6.735.584,84	8.699.320,84

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDIVAR, em 31 de dezembro de 2025, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$12.885.297,74. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

19. Patrimônio Líquido

19.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2025
Capital Social	141.502.258,23
Associados	62.774

19.2 Fundo de Reserva Legal

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

No período de 31 de dezembro de 2025 os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão foram revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, conforme Lei Complementar nº 196/2022, totalizando R\$ 446.932,85.

Essa movimentação está evidenciada na DMPL na linha de "Outros Eventos/Reservas".

19.3 Reserva para Contingências

A reserva para contingências foi deliberada pela Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 2024, constituída pela destinação de parte das sobras de 2023 e possui como finalidade a compensação no exercício de 2025, o impacto das provisões para perdas associadas ao risco de crédito decorrentes da implementação das novas regras estabelecidas na Resolução CMN 4.966.

19.4 Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28/04/2025 em conformidade com o artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 da seguinte forma:

- Para Conta Capital, no valor de R\$ 27.169.752,65.

19.5 Destinações Estatutárias e Legais

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.966/2021, a cooperativa reconheceu, na adoção inicial, um ajuste de transição no Patrimônio Líquido, correspondente à reclassificação e mensuração de instrumentos financeiros e provisões para perdas esperadas. Esse ajuste, embora contabilmente registrado em sobras ou perdas acumuladas, foi evidenciado nesta nota para fins de transparência na apuração da sobra líquida base de cálculo das destinações estatutárias, conforme quadro a seguir:

Descrição	Valores
Sobras do Exercício em 31/12/2025 Antes dos Juros ao Capital	113.423.512,56
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio	(10.704.553,37)
Sobra do Exercício em 31/12/2025 antes do Ajuste da Res. CMN nº 4.966/2021	102.718.959,19
Efeito do ajuste de Transição da Resolução CMN nº 4.966/2021 (Nota 4)	(478.967,58)
Reversão da Reserva/Fundo para Absorção do Ajuste da Res. CMN nº 4.966/2021 (a)	-
Sobra Líquida do Exercício em 31/12/2025 após o Ajuste da Res. CMN nº 4.966/2021	102.239.991,61
Reversão devido utilização do FATES - CCI 797/2020 - AC	5.049.931,26
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	107.289.922,87
Destinação para o Fundo de Reserva (60%) (b)	(64.373.953,72)
Destinação para o FATES - atos cooperativos (5%) (c)	(5.364.496,14)
Reversões de Reservas	6.000.000,00
Sobra à disposição da Assembleia Geral	43.551.473,01

a) A Cooperativa não constituiu reserva para absorção do impacto da Resolução CMN nº 4.966/2021, sendo o montante incorporado às sobras do período.

b) 60% para o Fundo de Reserva, apurado sobre as sobras líquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES de Ato Não Cooperativo (quando positivo), e é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao Fundo de Reserva, além das destinações previstas no Estatuto Social.

c) 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), apuradas sobre as sobras líquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES Ato Não Cooperativo, e é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

A reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

19.6 Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa remunerou os juros ao capital próprio ao associado, no percentual de 60,33 % da taxa Selic para o exercício de 31/12/2025, no montante de R\$ 10.704.553,37. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, limitado a 100% da taxa referencial Selic.

20. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

O resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Descrição	31/12/2025
Receita de Prestação de Serviços	27.698.459,39
Despesas Específicas de Atos Não Cooperativos	(2.863.734,98)
Despesas Apropriadas na Proporção das Receitas de Atos Não Cooperativos	(3.953.515,43)
Resultado Operacional	20.881.208,98
Receitas (despesas) Não Operacionais, Líquidas	304.414,83
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	21.185.623,81
IRPJ/CSLL	(2.760.522,01)
Deduções de Receitas com Associados - Res. Sicoob 129/16 e 145/16; CCI1.762/25 (a.1) (a.2)	(16.397.022,47)
Resultado de Atos Não Cooperativos (lucro líquido)	(2.028.079,33)

a.1) Saldo composto por rendas de comissionamento auferidas na comercialização pela cooperativa de produtos de terceiros aos seus associados (consórcios, seguros e maquininhas de cartões - SIPAG). Tais rendas compõe a base de tributação, por questões específicas à legislação tributária, contudo, por se originarem do relacionamento com os associados da cooperativa, não são destinadas ao Fates de Resultados com Não associados.

a.2) Saldo composto pela receita de juros sobre o capital próprio recebida do Banco Sicoob, a qual integra a base de tributação em razão de disposições específicas da legislação tributária. Contudo, por não corresponder à prestação de serviços ou à entrega de produtos a terceiros, nos termos do art. 87 da Lei nº 5.764/1971, tal receita não se destina ao Fates de Resultados com Não Associados.

21. Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2025
Despesas de Captação	(214.877.158,64)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(29.176.655,13)
TOTAL	(244.053.813,77)

22. Rendas de Tarifas

Descrição	31/12/2025
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	19.550,00
Rendas de Serviços Prioritários - PF	659.853,20
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	155.385,15
Rendas de Serviços Especiais - PF	15.154,62
Rendas de Outras Tarifas - PJ	3.973.828,22
TOTAL	4.823.771,19

23. Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	31/12/2025
Rendas de Cobrança	3.488.076,41
Rendas de Garantias Prestadas	124.162,78
Rendas por Serviços de Pagamento - Outros Serviços Relacionados a Transações de Pagamento	4.401.938,67
Rendas de Convênios	1.104.116,61
Rendas de Comissão de Outros Serviços	87.497,07
Rendas de Comissão Plano de Saúde	1.377.624,69
Rendas de Outros Serviços	1.313.784,51

Rendas de Comissão de Seguros	9.585.159,37
Rendas de Comissão de Previdência	21.349,16
Rendas com Outras Comissões Comerciais e sobre Serviços	11.264.971,35
Rendas de Tarifa Anuidade Cartão de Crédito	1.847.860,99
Rendas de Outras Tarifas de Cartões	65.027,50
Rendas de Tarifas de Intercâmbio	10.461.847,30
Rendas Aluguel Equipamentos de Transações de Pagamentos	1.510.888,24
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	1.747.440,40
TOTAL	48.401.745,05

24. Despesas de Pessoal

Descrição	31/12/2025
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(119.906,58)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(2.500.924,32)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(12.462.001,66)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(8.449.431,74)
Despesas de Pessoal - Proventos	(27.184.939,86)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(75.826,33)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(208.441,55)
TOTAL	(51.001.472,04)

25. Outras Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2025
Despesas de Água, Energia e Gás	(834.136,35)
Despesas de Aluguéis	(2.768.071,35)
Despesas de Comunicações	(1.308.993,81)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(960.539,27)
Despesas de Material	(626.104,85)
Despesas de Processamento de Dados	(9.733.315,28)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(1.466.916,05)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(783.291,37)
Despesas de Publicações	(133,05)
Despesas de Seguros	(246.218,61)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(3.752.666,30)
Despesas de Serviços de Terceiros	(3.686.691,11)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(4.014.797,68)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(1.925.404,27)
Despesas de Transporte	(1.250.404,87)
Despesas de Viagem no País	(634.867,28)
Despesas de Amortização	(3.000,00)
Despesas de Depreciação	(3.378.595,32)
Outras Despesas Administrativas (25.1)	(5.345.410,15)
TOTAL	(42.719.556,97)

25.1 Outras Despesas Administrativas

Os saldos das outras despesas administrativas estão compostos:

Descrição	31/12/2025
Livros Jornais e Revistas	(1.834,35)
Condomínio	(15.192,90)
Contribuição Sindical Patronal	(648,37)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(679.383,46)
Copa/Cozinha	(43.627,06)
Lanches e Refeições	(563.977,53)
Uniformes e Vestuários	(127.444,70)
Contribuição a OCE	(180.630,00)
Medicamentos	(2.469,87)
Multas por Rescisão Contratual	(7.989,78)
Mensalidades Diversas	(15.997,66)
Rateio de Despesas da Central	(2.286.685,24)
Microfilmagem de Documentos	(3.445,36)
Ações Judiciais	(14.549,73)
Rateio de Despesa ADM do Sicoob - Confederação	(532.887,93)
Contribuição Confederativa	(38.394,74)
Desp. Centro de Serv. Compart. - CCS	(718.093,79)

Outras Despesas Indedutíveis	(4.834,75)
Outras Despesas Administrativas	(107.322,93)
TOTAL	(5.345.410,15)

26. Despesas Tributárias

Descrição	31/12/2025
Despesas Tributárias	(177.813,44)
Desp. Impostos s/ Serviços - ISS	(1.036.796,74)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(607.872,34)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(98.781,00)
TOTAL	(1.921.263,52)

27. Outras Despesas Operacionais

Descrição	31/12/2025
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	(14.195.165,68)
Outras Contribuições Diversas	(702.823,19)
Perdas - Fraudes Externas	(49.334,85)
Perdas - Práticas Inadequadas	(989,00)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(311.479,73)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(5.050.515,75)
Outras Despesas e Dispêndios Operacionais	(6.250.401,07)
TOTAL	(26.560.709,27)

28. Outros Receitas Operacionais

Descrição	31/12/2025
Recuperação de Encargos e Despesas	1.388.554,40
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	1.434.784,29
Dividendos	70.217,82
Distribuição de Sobras da Central	257.484,11
Atualização Depósitos Judiciais	985.732,54
Rendas de Repasses Interfinanceiros	4.269.718,24
Rendas Oriundas de Cartões de Crédito e Adquirência	5.589.198,39
Juros ao Capital - Central	8.677.599,09
Juros ao Capital – Banco Sicoob	40.517,51
Outras Rendas Operacionais	4.610.818,88
Rendas de Aluguéis	12.500,00
TOTAL	27.337.125,27

29. Despesas com Provisões

Descrição	31/12/2025
Provisões para Contingências Cíveis	(2.292.259,72)
Provisões para Outras Contingências	(1.190.396,43)
Reversões de Provisões para Contingências Cíveis	176.061,85
Reversões de Provisões para Outras Contingências	46.881,09
Provisões/Reversões para Contingências	(3.259.713,21)
Provisões para Garantias Prestadas	(3.576.124,27)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	2.535.500,59
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(1.040.623,68)
TOTAL	(4.300.336,89)

30. Outras Receitas e Despesas

Descrição	31/12/2025
Lucros na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos para a Venda - Recebidos	424.063,88
Lucros na Alienação de Outros Valores e Bens	28.443,30
Ganho de Capital	89.048,68
Receitas não Operacionais	541.555,86
(-) Prejuízo na Alienação de Ativos não Financeiros Mantidos Para a Venda Recebidos	(18,00)
(-) Perda de Capital	(210.158,27)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(26.964,76)
(-) Despesas não Operacionais	(237.141,03)
TOTAL	304.414,83

31. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes no período de 31/12/2025.

32. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 07/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

32.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

O pessoal-chave de administração inclui os conselheiros e diretores, anualmente são deliberados os montantes de remuneração, benefícios e plano de previdência complementar na Assembleia Geral Ordinária, em cumprimento à Lei 5.764/1971 artigo 44 e artigo 5 da Lei Complementar nº 130/2009.

Natureza da Operação	31/12/2025
Operações Ativas	
Operação de crédito	13.387.240,45
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	59.595,17
Taxa média (a.m.)	
Direitos Creditórios Descontados	2,33%
Empréstimos	1,41%
Financiamentos	1,37%
Prazo médio (meses)	
Direitos Creditórios Descontados	3
Empréstimos	31
Financiamentos	38
Operações Passivas	
Depósitos	20.863.147,45
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	9.351.971,91
Taxa Média Depósitos (% CDI a.m.)	
Aplicação Financeira - Pós Fixada (%CDI)	93,01%
Taxa Média - LCA (a.m.)	1,12%
Prazo Médio Depósitos (meses)	
Aplicação Financeira - Pós Fixada (%CDI)	123
Prazo Médio - LCA (meses)	12

Garantias prestadas	33.412.336,47
Capital social	1.700.386,53
Remuneração	(5.987.862,88)
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(1.088.229,46)
Encargos sociais	(605.081,18)
Benefícios	(4.294.552,24)

32.2 Cooperativa Central

O SICOOB CREDIVAR, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado à SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIVAR responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	31/12/2025
Operações Ativas	
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira – Nota 6.5	1.236.847.014,16
Ativo - Participações de Cooperativas – Nota 6.2	74.431.946,44
Ativo - Rendimentos Centralização Financeiras a Receber – Nota 9.1	16.042.839,55
Total de Operações Ativas	1.327.321.800,15
Operações Passivas	
Passivo - Repasses Interfinanceiros – Nota 16.1	98.323.042,82
Total de Operações Passivas	98.323.042,82
Receitas	
	31/12/2025
Ingressos de Depósitos Intercooperativos – Nota 5	183.414.763,18
Despesas	
Rateio de Despesas da Central – Nota 25.1	(2.286.685,24)

33. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021 e Resolução CMN nº 5.194/2024, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	Valores
Patrimônio de referência (PR)	432.594.742,52
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.952.083.531,52
Índice de Basileia (mínimo 12%) %	22,16%
Imobilizado para cálculo do limite	30.794.943,05
Índice de imobilização (limite 50%) %	7,12%

34. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados, na modalidade de contribuição definida. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

A Cooperativa não possui benefícios de pós emprego a seus empregados, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), apenas benefícios de curto prazo, conforme montantes apresentados a seguir:

Descrição	31/12/2025
Contribuição Previdência Privada	(320.283,56)
TOTAL	(320.283,56)

35. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos, é aprovada pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

35.1 Risco Operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

35.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

35.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros

e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3, S4 e S5.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado (RWAm_{pad});
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos testes de estresse.

35.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:
 - a.1) limite mínimo de liquidez;
 - a.2) fluxo de caixa projetado;
 - a.3) aplicação de cenários de estresse;
 - a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

35.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

O gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

A partir dos princípios e diretrizes estabelecidos na Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Sicoob, é possível nortear as análises de relevância das exposições aos riscos social, ambiental e climático, considerando os seguintes conceitos:

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos fundamentais nas relações de negócios e para todas as pessoas, observando impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos negativos e perdas em decorrência de danos causados ao meio ambiente por agentes físicos, químicos e/ou biológicos que possam afetar a reputação e os negócios do Sicoob.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos físico e de transição.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, de acordo com os critérios de elegibilidade, avaliação e monitoramento e divulgados nos manuais internos, observando a combinação de setores de maior risco, valores de exposição e existência de embargos ambientais, possibilitando a análise de associados com predisposição aos riscos desta natureza, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

35.6 Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas.

35.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO), Plano de Recuperação de Desastre (PRD) e Plano de Emergência (PEM).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

35.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

A área de Risco Cibernético realiza monitoramentos essenciais, acompanha vulnerabilidades e incidentes cibernéticos, além de participar de fóruns específicos sobre o tema, contribuindo para o desenvolvimento de suas funções e para a proteção dos ativos digitais do Sicoob. Adicionalmente, são realizadas pesquisas periódicas da maturidade cibernética de todo o sistema Sicoob, o que possibilita a avaliação e a priorização de ações, medidas e controles para mitigação de riscos cibernéticos e de segurança da informação.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

36. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

VARGINHA-MG

**RENATO REZENDE PAIVA
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**RICARDO CAMPOS BORGES
DIRETOR ADMINISTRATIVO**

**LUCAS PAIVA FARIA
DIRETOR DE NEGÓCIOS**

**ARTHUR COELHO PORCHAT DE ASSIS
DIRETOR DE CONTROLES E RISCOS**

**WILLIANE FERNANDA BARROSO
CONTADORA – CRC/MG-092.906-0**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIVAR LTDA - SICOOB CREDIVAR, CNPJ: 25798596

Varginha – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito Credivar Ltda - Sicoob Credivar, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Credivar em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações Comparativas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.1 (b) às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que considera a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966/2021 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria

ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação

a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 30 de março de 2026.



Alexandre Gomes Ribeiro de Faria

Contador CRC -MG 78.210/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Credivar Ltda. – SICOOB CREDIVAR, reunidos em 30 de março de 2026, em cumprimento às disposições estatutárias, declara que procedeu ao exame do Balanço Patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e demais demonstrações financeiras, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração.

A nossa responsabilidade é de fiscalizar e expressar uma opinião sobre as mesmas e considerando a relevância dos saldos e o volume das transações, a constatação se deu com base nas demonstrações financeiras mais representativas adotadas pela Administração.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acompanhadas das notas explicativas, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Cooperativa.

Varginha, 30 de março de 2026.

Eduardo Moraes Ferreira
Conselheiro Fiscal – Coordenador

Guilherme Salgado Rezende
Conselheiro Fiscal – Secretário

José de Rezende Pinto Neto
Conselheiro Fiscal

Central de Atendimento

Capitais e regiões metropolitanas: 4000-1111

Demais localidades: 0800 642 0000

SAC 24h

0800 724 4420

Ouvidoria Sicoob

Atendimento seg. a sex. de 8h às 20h | 0800 725 0996

www.ouvidoriasicoob.com.br

Deficientes auditivos ou de fala

Atendimento seg. a sex. de 8h às 20h | 0800 940 0458

Demais serviços de atendimento

sicoob.com.br

(35) 3219-4740

www.sicoobcredivar.com.br

